

ABERTURA

Presidente do Conselho Nacional de Educação

Teresa Ambrósio

Gostaria de começar por agradecer a presença de todos, mas sobretudo do Senhor Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Agradeço também aos Senhores Conselheiros, aos Senhores Participantes, que se disponibilizaram para intervir mais directamente durante o Seminário, e a todos os convidados. Também não poderia de deixar de dar uma palavra aos organizadores deste Seminário. Não posso deixar de referenciar ainda o interesse e a preocupação pelo bom êxito deste Encontro que a Senhora Ministra para a Igualdade manifestou, tal como a Senhora Secretária de Estado da Educação.

Compete-me justificar o Seminário e qual o interesse desta temática neste momento para o CNE. Ela vem na linha de continuidade da preocupação em aprofundar os temas da Educação na sua vertente de luta contra a exclusão social, o que o CNE tem vindo a manifestar ao longo dos últimos anos. Foi longo o debate que fizemos, por exemplo, sobre a Escola Inclusiva – o que é, como é que se manifesta e como é que actua no terreno. Publicámos um livro sobre esse tema. Seguiram-se depois alguns estudos que nós fizemos, principalmente sobre as questões mais vastas, não apenas da escola, mas da coesão social, e que, aliás, fizemos em colaboração com outros países, nomeadamente com a Bélgica, com a Inglaterra, etc., e que deu origem também aqui a um Seminário. Evidentemente, também nos temos sempre preocupado com todos os aspectos que possam ajudar a tornar efectivo o princípio da escola para todos, e eu creio que as últimas coisas a que nós assistimos mostram que estamos longe desta coesão social, estamos longe da escola inclusiva, quer no contexto nacional, quer no contexto europeu. As questões relacionadas com a multiculturalidade, com o confronto das minorias étnicas, com os problemas da imigração, põem questões fundamentais à política educativa e, nomeadamente, questionam o que é este conceito hoje tão divulgado, e que aparece inclusivamente nos programas de reforma curricular, que é a Educação para a Cidadania.

Temos como tema deste Seminário a Interculturalidade e a Cidadania, mas situadas à luz das grandes directrizes, dos grandes problemas, das grandes orientações europeias e das grandes medidas políticas educativas portuguesas relativamente à integração das minorias e dos imigrantes. Acontece que, alguns não sabem, outros sim, o Conselho Nacional de Educação preside neste momento a uma Rede Europeia dos Conselhos Nacionais de Educação de vários países da União Europeia. Esta Rede Europeia, constituída na altura da presidência portuguesa, no mês de Março, traçou um plano de actividades para o primeiro ano, e este tema da mobilidade, interculturalidade e cidadania é o primeiro tema do plano de trabalhos. Nesse sentido, está agendada para os dias 22 e 23, em Madrid, a discussão inter-Conselhos dos vários contornos que esta questão da interculturalidade e da cidadania põe em diferentes países, com situações completamente diferentes. No Conselho Nacional de Educação, que se deverá fazer representar nomeadamente pelo Conselheiro Prof. Regateiro que tem acompanhado este assunto, não gostaríamos de ir para essa reunião sem termos discutido o assunto aqui no seio do nosso Conselho. Debate mais no domínio da problemática e dos princípios do que talvez das práticas e dos modelos. Por outro lado, está já perspectivado dentro do novo ciclo do Conselho, fazer uma Recomendação sobre o que é Educação para a Cidadania, dado que aparece como uma das fundamentais inovações curriculares.

Qual é, portanto, o objectivo deste Seminário? É um dia de trabalho com personalidades que foram escolhidas face à sua reflexão política, social, educativa, ou então actores de terreno com experiências bem sucedidas, no sentido de tentarmos sistematizar os grandes problemas actuais em várias perspectivas – na perspectiva jurídica, na perspectiva sociológica, na perspectiva política. Procurámos recolher dados e informação, no sentido de poder construir uma posição do CNE e apresentar uma Recomendação futura que permita até, de certa maneira, melhorar os critérios de avaliação da qualidade das políticas que nem sempre se podem traduzir em dados estatísticos ou indicadores.

Obrigada.